

REVOGADO



Superior Tribunal de Justiça

INSTRUÇÃO NORMATIVA STJ/GDG N. 17 DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Disciplina o uso do bicicletário e dos vestiários destinados aos ciclistas do Superior Tribunal de Justiça.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 17.2, inciso X, alínea *b*, do Manual de Organização do STJ, considerando o art. 3º da Portaria GDG n. 293 de 31 de maio de 2012, e o que consta do Processo STJ n. 20474/2015,

RESOLVE:

Seção I Da Finalidade

Art. 1º O uso do bicicletário e dos vestiários destinados aos ciclistas do Superior Tribunal de Justiça fica disciplinado por esta instrução normativa.

Art. 2º O bicicletário e os vestiários dos ciclistas do Tribunal visam contribuir para a solução de problemas de mobilidade urbana, carência de vagas de estacionamento e para a redução dos impactos ambientais causados pela emissão de gases poluentes, promovendo o bem estar e a qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Seção II Do Uso do Bicicletário

Art. 3º O bicicletário é de uso exclusivo para a guarda de bicicletas do servidor, estagiário, colaborador terceirizado, advogado e demais visitantes que utilizam a bicicleta como meio de transporte para o Tribunal.

Art. 4º O bicicletário do Tribunal fica localizado no térreo do Ed. Ministros II e funciona de segunda a sexta-feira, das 6 às 21 horas.

Parágrafo único. O pernoite de bicicletas no bicicletário do Tribunal será permitido apenas em casos excepcionais, mediante autorização prévia da Coordenadoria de Segurança.

Art. 5º Para utilização do bicicletário do Tribunal, os ciclistas deverão cadastrar suas bicicletas na Coordenadoria de Segurança para fins de controle e acesso.

Parágrafo único. No ato do credenciamento, o usuário receberá

identificação para entrada da bicicleta pela via de acesso da portaria Golf 4, próxima ao restaurante.

Art. 6º O bicicletário dispõe de 25 suportes (ou paraciclos) com capacidade para duas bicicletas cada, equivalendo a 50 vagas.

§ 1º A utilização será por ordem de chegada, não havendo prioridade/exclusividade de uso das vagas do bicicletário.

§ 2º É proibido deixar bicicleta sem estar devidamente fixada ao paraciclo, bem como em qualquer área comum do Tribunal que não seja o bicicletário, mesmo que provisoriamente.

§ 3º O Tribunal não fornecerá cadeados ou travas para a guarda das bicicletas.

Seção III Do Uso dos Vestiários

Art. 7º Os vestiários destinados aos ciclistas do Tribunal ficam localizados no subsolo do Edifício da Administração, próximos à escada da torre do restaurante com acesso direto à praça do servidor e funcionam de segunda a sexta-feira, das 6 às 21 horas.

§ 1º O Tribunal dispõe de dois vestiários para uso dos ciclistas, um feminino e um masculino.

§ 2º É proibida a utilização dos vestiários por pessoas não credenciadas para uso do bicicletário nos termos do art. 5º.

Art. 8º Os armários disponíveis nos vestiários são de uso rotativo, individual e temporário.

§ 1º Em razão da restrita quantidade, os armários poderão ser utilizados somente enquanto o ciclista permanecer no vestiário, devendo ser esvaziados após o uso.

§ 2º A utilização dos armários será realizada por ordem de chegada dos ciclistas.

§ 3º Cada armário é equipado com suporte para cadeado, sendo de responsabilidade do usuário trazer o seu próprio cadeado.

Seção IV Das Responsabilidades

Art. 9º A gestão do bicicletário e dos vestiários destinados aos ciclistas será compartilhada entre a Assessoria de Gestão Socioambiental, Secretaria de Segurança e Secretaria de Gestão Predial, que terão como responsabilidade:

I – Assessoria de Gestão Socioambiental: a interface com os usuários dos espaços; o levantamento de dados pertinentes ao impacto ambiental positivo causado pela sua utilização; e a elaboração, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social, de campanhas de incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte;

II – Secretaria de Segurança: o credenciamento dos ciclistas e suas respectivas bicicletas; a guarda do bicicletário e o controle de acesso às

dependências do Tribunal e aos vestiários;

III – Secretaria de Gestão Predial: a manutenção dos espaços e equipamentos.

§ 1º A Secretaria de Segurança manterá cadastro atualizado das bicicletas e repassará as informações à Assessoria de Gestão Socioambiental para controle e análise do impacto ambiental positivo gerado pelo uso das bicicletas.

§ 2º A Secretaria de Comunicação será responsável pelo desenvolvimento de campanhas de incentivo ao uso da bicicleta como meio de transporte, assim como pela divulgação dos resultados.

Art. 10. O Tribunal não se responsabiliza por perdas, roubos e/ou furtos de bicicletas e acessórios deixados no bicicletário e de bens deixados nos vestiários, cabendo ao ciclista adotar as medidas necessárias para minimizar as chances dessas ocorrências.

Art. 11. É de responsabilidade do ciclista:

I – a guarda das bicicletas e dos acessórios tais como: capacetes, selim, bolsas, mochilas, lanternas, garrafas, suportes, capas, presilhas, sapatilhas e ciclocomputadores;

II – a guarda de bens utilizados nos vestiários;

III – o zelo com a conservação do bicicletário e dos vestiários.

Art. 12. O mau uso do bicicletário e dos vestiários e o descumprimento de qualquer disposição desta instrução normativa implicam suspensão do direito de utilização do bicicletário e dos vestiários e demais medidas disciplinares legais, em especial as contidas no Código de Conduta do Tribunal.

Seção V

Das Disposições Finais

Art. 13. Acessórios e bens esquecidos no bicicletário ou nos vestiários serão encaminhados ao setor de achados e perdidos da Secretaria de Segurança.

Art. 14. Os casos omissos serão resolvidos pelo diretor-geral da Secretaria do Tribunal.

Art. 15. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Miguel Augusto Fonseca de Campos